

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1004473-70.2017.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Dever de Informação**
 Requerente: **Claudia Pereira do Vale**
 Requerido: **Boa Vista Serviços S/A**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo****VISTOS.**

CLAUDIA PEREIRA DO VALE ajuizou a presente ação de OBRIGAÇÃO DE FAZER C.C. REPARAÇÃO DE DANO MORAL em face de BOA VISTA SERVIÇOS AS ADMINISTRADORA DO SERVIÇO CENTRAL DE PROTEÇÃO DE CRÉDITO.

Aduz a requerente, em síntese, que a ré promoveu a negativação de seu nome de forma irregular, pois não a notificou previamente. Não sabe o motivo da negativação, embora, por várias vezes, desde a data do fato (01-08-2014), tenha tentado informações sobre a inclusão. Sofreu, assim, dano moral, devido a sua exposição à situação vexatória e prejudicial ao seu direito de crédito. Requereu a exibição dos contratos firmados discriminando a origem do débito. Requereu ainda, a condenação da requerida ao pagamento de indenização referente a 150 vezes o valor do salário mínimo vigente e a inversão do ônus da prova. Juntou documentos as fls. 12-25.

Devidamente citada, a requerida apresentou contestação alegando, preliminarmente, ilegitimidade passiva e inépcia da inicial pela inexistência de provas do dano moral sofrido. No mérito afirma que notificou



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

previamente a autora, conforme documento de fls. 62. Afirma que o procurador da parte autora possui inúmeras demandas com o mesmo fundamento e pedido contra ela, informando sempre a falta de notificação da negativação e a notificação extrajudicial sem resposta. Alega ainda, que a intenção da requerente não é resolver o litígio administrativamente como diz, já que poucos dias após o envio de um e-mail, propôs a presente ação; alega ainda, existência de má-fé. Juntou documentos a fls. 56-77.

Sobreveio réplica as fls. 175-179.

As preliminares foram afastadas pelo despacho de fls. 89.

As partes foram instadas a produzir provas; a requerida manifestou-se as fls. 92-98, pelo depoimento pessoal do autor e este não se manifestou (cf. certidão de fls. 99).

Esse, na síntese do que tenho como necessário, é o RELATÓRIO

DECIDO, NO ESTADO EM QUE SE ENCONTRA A LIDE POR ENTENDER QUE A COGNIÇÃO ESTÁ COMPLETA NOS MOLDES EM QUE SE ESTABILIZOU A CONTROVÉRSIA.

As preliminares aduzidas já foram devidamente equacionadas pelo despacho de fls. 89.

No mérito, o pedido é improcedente.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

A requerida é uma sociedade por ações que presta a seus associados, dentre outros, o **serviço de banco de dados**.

Esse serviço se presta única e exclusivamente a consulta pelos referidos associados quando querem negociar com terceiros. Esses mesmos associados é que lançam os dados “negativos” utilizando senha própria.

Ou seja, a ré se limita a abrigar informações.

Não é ela a responsável pela inserção ou mesmo pela legitimidade (ou não) do lançamento.

Nessa linha de pensamento se aplica ao caso o que deliberou o STJ no Recurso Especial 1.083.291-RS com efeitos do art. 543-C, parágrafo sétimo do CPC.

A autora nega ter recebido a notificação a que se refere o art. 43, parágrafo terceiro do CDC mas a ré demonstrou que efetivamente enviou a missiva.

E “para adimplemento, pelos cadastros de inadimplência, da obrigação consubstanciada no art. 43, parágrafo segundo do CDC basta comprovar a postagem, ao consumidor, da correspondência, sendo desnecessário aviso de recebimento” (trecho da ementa do aresto citado).

O órgão de proteção deve encaminhar tal correspondência ao endereço fornecido pelo credor o que no caso ocorreu.

Por fim, cabe ressaltar que a consumidora-autora registrou outras anotações desabonadoras contemporâneas aquela que se discute nos autos (v. fls. 61) e assim, não faria jus a qualquer indenização por



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

força do que já deliberou o STJ nos Recursos Especiais em Processos Repetitivos 1.061.134-RS e 1.062.336-RS.

Mais, creio é desnecessário acrescentar.

Pelo exposto e por tudo o mais que dos autos consta, JULGO IMPROCEDENTE O PLEITO CONTIDO NA PORTAL.

Ante a sucumbência, fica a autora condenada ao pagamento das custas e despesas do processo e honorários advocatícios ao patrono da requerida, que fixo, por equidade, em 10% sobre o valor dado à causa.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 04 de dezembro de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**